



Rubrica LL  
BR

**GOVERNO MUNICIPAL DE AQUIDABÃ**

**JUSTIFICATIVA DE  
INEXIGIBILIDADE Nº 05/2022**

**RATIFICO** a presente JUSTIFICATIVA Publique-se, providencie-se o contrato.

Aquidabã/SE, 01 de Fevereiro de 2022.

**FRANCISCO FRANCIMÁRIO R. DE LUCENA**  
Prefeito Municipal

A **SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**, vem justificar a o caráter de inexigibilidade de licitação para possível Contratação de Empresa Especializada em **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS JURÍDICO ESPECIALIZADO PARA AJUIZAMENTO DE AÇÃO ADMINISTRATIVA E, JUDICIAL OBJETIVANDI A DEVOLUÇÃO DE VALORES RETIDOS INDEVIDAMENTE NAS COTAS DO FPM DE TITULARIDADE DESTA MUNICÍPIO, PELA RECEITA FEDERAL DO BRASIL**, com a empresa **WILLIAM RODRIGUES SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA**, inscrita no CNPJ sob. Nº 39.235.342/0001-26, em conformidade com o art. 25, inciso II, da Lei nº 8.666/93, e de acordo com os motivos adiante expostos:

**CONSIDERANDO**, que a inviabilidade de licitação, ocorre diante da impossibilidade técnica de competição, e na realidade é uma das hipóteses de excepcionalidade à regra que se refere o Art. 3º, da Lei nº 8.666/93, da qual se obriga a Administração Pública de sempre licitar.

**CONSIDERANDO**, a necessidade da contratação de Serviços Técnicos Especializados para a **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS JURÍDICO ESPECIALIZADO PARA AJUIZAMENTO DE AÇÃO ADMINISTRATIVA E, JUDICIAL OBJETIVANDI A DEVOLUÇÃO DE VALORES RETIDOS INDEVIDAMENTE NAS COTAS DO FPM DE TITULARIDADE DESTA MUNICÍPIO, PELA RECEITA FEDERAL DO BRASIL**.

**CONSIDERANDO**, o compromisso com a qualidade da Assessoria em nosso Município, devendo necessariamente se constituir em uma ação constante conscientizadora e voltada para o pleno desenvolvimento dos serviços a serem executados;

**CONSIDERANDO**, encaixa no conceito de notória especialização pela qualificação técnica apresentada e relevantes serviços que vêm prestando a diversas Prefeituras e empresas de diversos estados.



Rubrica

12

18

**GOVERNO MUNICIPAL DE AQUIDABÃ**

**CONSIDERANDO**, que os serviços solicitados a serem prestados, são daqueles que taxativamente se arrima nos perfilhados no Art. 13, o que com precisão, encontra amparo no inciso III, do mesmo artigo, porquanto, os serviços de assessoria ou consultorias técnicas, estão elencados naquele dispositivo legal. Frise-se ainda, por oportuno, que o inciso III, do Art. 13, da lei nº 8.666/93 se reporta a "assessoria ou consultorias técnicas...." de forma bem abrangente.

**CONSIDERANDO**, que em muito boa hora, o parágrafo primeiro, do Art. 25, da Lei de Licitações, delimitou a questão da notória especialização, ao dispor:

*"Considera-se notória especialização o profissional ou empresa cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiências, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica, ou de outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que o seu trabalho é essencial e indiscutivelmente o mais adequado à plena satisfação do objeto contratado." (o destaque é nosso)*

**CONSIDERANDO**, que a empresa **WILLIAM RODRIGUES SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA** preenche os requisitos exigidos no parágrafo acima transcrito, conforme se depreende da vasta documentação que acompanha e instrui a presente justificativa, corroborada pela lição do imortal administrativista Hely Lopes Meirelles, *in verbis*:

*"... serviços técnicos profissionais especializados, no consenso doutrinário, são os prestados por quem, além da habilitação técnica e profissional – exigida para os serviços técnicos profissionais em geral – aprofundou-se nos estudos, no exercício da profissão, na pesquisa*





**GOVERNO MUNICIPAL DE AQUIDABÃ**

*científica, ou através de cursos de pós graduação ou estágios de aperfeiçoamento".*

**CONSIDERANDO**, face os motivos acima elencados, que a empresa **WILLIAM RODRIGUES SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA**, no campo da sua especialidade, preenche os requisitos estabelecidos no Art. 25, § 1º, do Estatuto Federal das Licitações e Contratos Administrativos.

**CONSIDERANDO**, por derradeiro, que o preço contratual a ser pactuado, encontra-se compatível com o praticado no âmbito da Administração Pública Municipal, em se tratando de profissionais deste naipe, conforme pesquisa verbal de preços, realizada pelo setor competente junto a outros profissionais do ramo pertinente ao objeto a ser contratado, a empresa **WILLIAM RODRIGUES SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA**, sempre obtido porcentagem praticado no parâmetro de outras empresas.

Pelos substratos fáticos, jurídicos e probatórios acima elencados, opina esta Secretaria de Administração, pelo acatamento da notória especialização e, no mesmo diapasão se pronuncia favoravelmente à celebração do contrato, com a inexistência do prévio processo licitatório, *ex vi* do Art. 25, inciso II, em harmonia com o Art. 13, inciso III, todos do Diploma Legal alhures referenciado. Submetemos a presente **JUSTIFICATIVA** à apreciação do Excelentíssimo Senhor Prefeito, para que, na hipótese de ratificação da mesma, determine a sua publicação, na forma do Art. 13, inciso XII, da Constituição Estadual, como *conditio sine qua non* para eficácia deste ato.

Aquidabã/SE, 01 de Fevereiro de 2021.

  
**BRUNO BOMFIM OLIVEIRA**  
**SECRETÁRIO MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO**